



**01 TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 2024.04.04.004**

**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
2024.04.04.002 QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE TAMBORIL E LUIZA  
PATRICIA PERREIRA DE CASTRO DA  
SILVA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE  
DECLARA:**

O MUNICÍPIO DE TAMBORIL, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado pela Secretária do Trabalho e Assistência Social, a Sra. JESSICA RAYANE DA SILVA GOMES e do outro lado a Sra. LUIZA PATRICIA PERREIRA DE CASTRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 000.534.233-30, residente e domiciliar na Rua Jardim America, Centro – Sucesso - Tamboril/CE, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo o contrato nº 2024.04.04.004, decorrente do processo de Inexigibilidade Nº 012/2024-INEX, cujo objeto é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL REFERENTE AO ALUGUEL SOCIAL, EM CONSONÂNCIA COM A LEI MUNICIPAL Nº 038/14, JUNTO A SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAMBORIL – CE, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 - O presente termo aditivo tem como fundamento o art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril 2021 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período de 06 (meses), portanto terá vigência de 04 de outubro 2024 a 07 de abril de 2025.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA**

3.1. O programa de Aluguel Social visa garantir moradia temporária às famílias em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes condições mínimas de dignidade até que possam acessar uma solução habitacional definitiva

3.2. A prorrogação do prazo do contrato de locação é necessária pelos seguintes motivos:

- a) A interrupção do serviço poderia causar sérios danos aos beneficiários, comprometendo as condições de moradia digna, conforme garantido pela Lei Municipal nº 038/14.
- b) A formalização de novos contratos ou a realocação das famílias demanda mais tempo devido à complexidade e à necessidade de observância dos trâmites legais e orçamentários.
- c) A realocação das famílias atendidas para outro imóvel exige o cumprimento de diversas etapas legais e técnicas (como vistoria e adequação de novos imóveis), o que demanda um tempo superior ao previsto inicialmente.





3.3. CONSIDERANDO que a Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irá existir recursos para efetivação destes serviços, restando comprovada que a prorrogabilidade do contrato em pauta encontra-se assegurada pelo disposto no art. 107 da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento contratual. Assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DE RECURSO**


4.1. As despesas decorrentes deste termo correrão por conta da dotação orçamentária nº 0801.08.122.0037.2.054, elemento de despesa nº 33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física e Subelemento de Despesas nº 33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Locação de Imóveis; Os recursos serão oriundos do nº 15000000000 – Recursos não vinculados de impostos

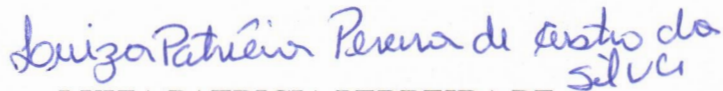
**CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

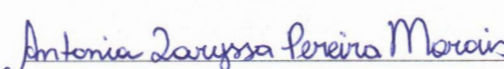
5.2. E, estando acertados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.


Tamboril – CE, 02 de outubro de 2024.

  
**JESSICA RAYANE DA SILVA GOMES**  
**SECRETARIA DO TRABALHO E**  
**ASSISTENCIA SOCIAL**  
**CONTRATANTE**

  
**LUIZA PATRICIA PERREIRA DE**  
**CASTRO DA SILVA**  
**CPF/MF Nº 000.534.233-30**  
**LUIZA PATRICIA PERREIRA DE**  
**CASTRO DA SILVA**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome:  
CPF: 088.146.013-30

  
Nome:  
CPF: 043.103.099-64